



COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
Concurso Público – Editais de n.º 1 a 3/2000 – CEB

CARGO: ADVOGADO

- Nas questões de 1 a 50, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna **C**; itens **ERRADOS** na coluna **E**.
- Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

A propósito do direito civil, julgue os seguintes itens.

- 1) Considere a seguinte situação hipotética.
Ao completar vinte anos de idade, em 25/5/2000, o servidor público Homero foi a uma concessionária, disposto a adquirir um automóvel novo. Como sua renda não lhe permitia fazer um pagamento à vista, ele pretendia financiar parte do preço do veículo. Entretanto, a concessionária negou-se a fechar o contrato por considerar que esse negócio seria anulável.
Nesse caso, a argumentação da concessionária teria procedência, pois Homero seria relativamente incapaz. Entretanto, caso qualquer dos pais de Homero o assistisse, apondo sua assinatura ao lado da do filho, o contrato seria plenamente válido.
- 2) A eletricidade é um bem móvel, fungível, imaterial, consumível e divisível.
- 3) Caso Francisco e Fabiana vivessem em união estável, formando entidade familiar, e residissem em apartamento próprio, ainda que esse imóvel não fosse designado formalmente como bem de família, ele seria impenhorável, assim como os móveis que o guarnecessem. Entretanto, seria possível a sua penhora para a satisfação de dívidas referentes a financiamento contraído para sua construção ou referentes a imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).
- 4) Considere a seguinte situação hipotética.
Bartolomeu comprou um terreno de Dimitrius, com a intenção expressa de construir nele uma escola de inglês. Dimitrius, embora soubesse existir norma municipal que vedava a utilização comercial de imóveis localizados na região do referido terreno, não advertiu Bartolomeu sobre tal fato.
Nessa situação, embora Dimitrius tivesse conhecimento das intenções de Bartolomeu, o contrato não poderia ser anulado por dolo, pois ninguém pode alegar em seu favor o desconhecimento de lei.
- 5) Considere a seguinte situação hipotética.
Marieta descobriu que o medidor de consumo de energia elétrica de sua casa tinha um defeito de fabricação que o fazia registrar um consumo 10% maior que o consumo efetivo. Exposto à Companhia Energética de Brasília (CEB) o problema, as partes fizeram um acordo extrajudicial, por meio do qual a CEB concedeu a Marieta um crédito correspondente ao indébito, o qual somente poderia ser utilizado para o pagamento de contas de energia elétrica da residência de Marieta. Contudo, dois meses após a celebração do acordo, a CEB ingressou em juízo, demonstrando a prescrição parcial da dívida e postulando a repetição do valor correspondente às parcelas prescritas.
Nesse caso, o processo judicial iniciado pela CEB deveria ser extinto, sem julgamento de mérito, por ser juridicamente impossível o pedido de repetição de dívida prescrita.

QUESTÃO 2

Julgue os itens a seguir, referentes ao direito civil.

- 1) Caso a CEB aumentasse as tarifas de energia elétrica e, após três meses de cobrança, o Poder Judiciário declarasse ilícita a majoração, o prazo prescricional referente à restituição dos valores indevidamente pagos seria de vinte anos, por ser esse o prazo ordinário de prescrição de ações pessoais entre presentes. Contudo, se a CEB fosse uma empresa pública, o prazo prescricional seria de apenas cinco anos.
- 2) Caso a CEB instituisse um serviço médico próprio, com a finalidade de atender os empregados da companhia e seus dependentes, não se poderia exigir dos empregados, como prova da existência da relação de dependência econômica, mais que uma simples declaração firmada pelo próprio interessado, sendo que tal declaração deveria mencionar expressamente a responsabilidade do declarante pela veracidade das informações prestadas.
- 3) Ao contrário da resolução, a resilição é uma forma de extinção de contratos que depende da vontade das partes e não do inadimplemento das obrigações pactuadas. Pode a resilição ser unilateral ou bilateral, sendo, neste caso, chamada também de distrato.
- 4) Considere a seguinte situação hipotética.
A CEB estabeleceu com a indústria de materiais elétricos Estrela S.A. um contrato de compra e venda, por meio do qual a indústria comprometeu-se a entregar, em Brasília, no dia 20/8/2000, um lote de transformadores que seriam utilizados para a instalação de rede elétrica em um novo assentamento. Para estimular a pontualidade na entrega, garantindo que as obras pudessem ser terminadas em dia, estabeleceu-se no contrato uma cláusula determinando que, no caso de atraso na entrega superior a cinco dias, o preço a ser pago pela CEB seria reduzido em 5%. Apesar dessa cláusula, devido a uma série de problemas operacionais, a indústria Estrela S.A. entregou os transformadores com oito dias de atraso. Todavia, como o andamento das obras realizadas pela CEB no referido assentamento também atrasou, as condições necessárias para a instalação dos transformadores somente foram alcançadas no dia 15 de setembro.
Nesse caso, ainda que fosse demonstrada a completa ausência de prejuízo por parte da CEB, a indústria não se eximiria da obrigação de cumprir a cláusula penal.
- 5) Considere a seguinte situação hipotética.
Em 1993, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) condenou a CEB a indenizar a família de um menor, por danos materiais e morais. O fato que deu origem à condenação foi a morte do menor, eletrocutado no Parque da Cidade, por entrar em contato com instalações elétricas energizadas a cargo da companhia.
Nesse caso, se o TJDFT houvesse condenado a CEB a pagar R\$ 30.000,00 de indenização, acrescidos dos juros legais, o termo inicial para a contagem dos juros moratórios seria a data da eletrocussão do menor.

Ainda relativamente ao direito civil, julgue os itens que se seguem.

- ① Considere a seguinte situação hipotética.

Alexandre doou a Humberto dois cavalos, os quais se encontravam em uma fazenda localizada em Minas Gerais. Todavia, Alexandre estabeleceu que Humberto somente receberia os cavalos caso os buscasse na sua fazenda, mas não estabeleceu prazo para o cumprimento dessa obrigação. Passados dois anos, Humberto ainda não havia cumprido o encargo e, por isso, Alexandre decidiu revogar a doação.

Nesse caso, Alexandre não poderia revogar a doação, pois tal direito prescreve em um ano, nos termos do Código Civil.

- ② Caso Hamilton houvesse vendido uma casa a Orlando e, no contrato de compra e venda, fosse estabelecida cláusula de preempção em favor daquele, pelo prazo de um ano, Hamilton teria o direito de desfazer o negócio se, no prazo fixado, aparecesse alguém que lhe oferecesse proposta mais vantajosa.
- ③ Considere a seguinte situação hipotética.

Glauco emprestou seu carro a Irineu, para que ele visitasse a fazenda de um amigo, mas determinou que o veículo deveria ser devolvido no dia 14/10/99. Todavia, Irineu pensou que não faria mal demorar-se mais um dia, já que Glauco estaria de férias até o dia 16 e, até então, não teria nenhuma utilidade especial para o automóvel. Assim, sem nada avisar a Glauco, Irineu decidiu demorar-se um dia a mais. Entretanto, na madrugada do dia 15 de outubro, fortes chuvas derrubaram a ponte que dava acesso à fazenda, o que impossibilitou a devolução do carro pelos sete dias que foram necessários para restaurar a ponte. Dessa forma, Glauco somente recebeu seu carro de volta no dia 22/10/99.

Nessa situação, a demora em restituir a coisa emprestada em comodato daria a Glauco o direito de exigir de Irineu o pagamento de aluguel pelos oito dias de atraso.

- ④ Considere a seguinte situação hipotética.

A CEB vendeu a Rodrigo um transformador e, no contrato, foi inserida cláusula expressa eximindo o alienante dos riscos da evicção. Como Rodrigo não sabia da existência de nenhum conflito sobre a propriedade do bem, foi com grande surpresa que ele recebeu em sua casa um oficial de justiça que, no cumprimento de mandado de busca e apreensão, levou consigo o transformador e o devolveu a seu verdadeiro proprietário.

Nesse caso, Rodrigo poderia exigir da CEB a devolução do preço pago pelo transformador.

- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética.

Após trabalho de concepção e produção, a desenhista Cláudia forneceu a Ana quinhentos cartões de natal personalizados, tendo inserido no contrato de compra e venda uma cláusula por meio da qual Ana se comprometia a pagar-lhe R\$ 10.000,00 de indenização, caso produzisse imitações ou cópias dos referidos cartões.

Nesse caso, tratar-se-ia de multa contratual, figura que é próxima à da cláusula penal, mas que com ela não se identifica.

Ainda sobre o direito civil, julgue os itens abaixo.

- ① Uma das distinções entre fiadores e avalistas é o fato de que, enquanto há um contrato de fiança entre o fiador e o afiançado, não há relação contratual ligando o avalista ao sacador.

- ② Considere a seguinte situação hipotética.

Reinaldo Augusto, apresentando-se como gerente da Ideal Ltda., uma empresa de comércio de autopeças, convenceu a oficina Seabra Ltda. a adquirir quarenta unidades de um novo tipo de filtro para óleo. Reinaldo assinou o contrato de compra e venda, recebeu o pagamento das primeiras parcelas e deu quitação. Também foi Reinaldo quem atendeu ao gerente da Seabra Ltda., quando este reclamou de um defeito de fabricação nos filtros vendidos, os quais apresentavam vazamento após dois meses de uso. Como a Ideal Ltda. não tomou nenhuma providência, a Seabra Ltda. ingressou em juízo contra ela, postulando reparação dos danos sofridos. Todavia, a Ideal Ltda. contra-argumentou que, de acordo com seu contrato social, a pessoa competente para tomar as providências cabíveis não era um simples vendedor como Reinaldo, mas o gerente Adalberto, que não chegou a ser comunicado do problema.

Na situação considerada, o processo ajuizado pela Seabra Ltda. deveria ser extinto por falta de interesse de agir.

- ③ Considere a seguinte situação hipotética.

Há exatos doze anos, a CEB instalou alguns equipamentos em um terreno de sua propriedade, localizado no Setor de Mansões Park Way. Por um descuido, a instalação dos equipamentos resultou na invasão de cerca de 30 m² de um imóvel lindeiro, de propriedade de Arlindo. Como Arlindo não residia no Distrito Federal (DF) e ninguém ocupava o imóvel em seu nome, a invasão somente foi constatada seis meses depois. Porém, Arlindo decidiu não fazer reclamação formal, por considerar que a parcela de terreno ocupada não valia o incômodo. Quatro anos após a invasão, Arlindo vendeu o imóvel para Belchior, que nele reside desde então. Apenas hoje, Belchior descobriu que parte do terreno em que estão os equipamentos da CEB faz parte do imóvel que ele havia adquirido de Arlindo, há oito anos.

Nesse caso, é correto afirmar que Belchior não teria direito a reaver a parcela de terreno ocupada indevidamente, pois o imóvel já seria de propriedade da CEB, mediante usucapião.

- ④ Embora as empresas públicas e sociedades de economia mista sejam pessoas jurídicas de direito privado, a elas se estende a proteção que veda o usucapião dos bens de pessoas jurídicas de direito público.

- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética.

José, empregado da CEB, trabalha na manutenção de redes de transmissão de energia. Para ele exercer devidamente suas funções, a CEB entregou a José um aparelho de medição de voltagem, mediante a assinatura de um termo de responsabilidade.

Nesse caso, José seria possuidor direto do aparelho, enquanto a CEB seria possuidora indireta do bem.

o da competência dos órgãos jurisdicionais, julgue os itens

1. A admissão da CEB como litisconsorte de uma das partes em ação que tramite perante uma das varas cíveis do DF somente implicará alteração da competência do juízo se for oposta exceção de incompetência; caso contrário, tendo em vista o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, o juízo cível terá sua competência prorrogada.
2. Compete à justiça federal julgar ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal contra a CEB para que esta se abstenha de fornecer energia elétrica nos condomínios e loteamentos de fato, localizados no DF, pois as atividades que esta executa são regidas por legislação federal e decorrem de concessão da União.
3. Se a vítima de acidente ocorrido em Taguatinga, causado por veículo pertencente à União, propuser contra esta ação de reparação de danos no foro do local do fato, com base no art. 100, parágrafo único, do Código de Processo Civil (CPC), o juiz de direito daquela circunscrição judiciária deverá, *ex officio*, e antes de determinar a citação da ré, declarar-se incompetente para processar o feito, remetendo os autos à justiça federal.
4. Considerando-se como competente o foro de Brasília, correrá perante o juízo da vara cível ação proposta por particular contra o estado do Rio de Janeiro em litisconsórcio com o tabelião de cartório onde foi passada procuração pública cuja falsidade constituiu fundamento de indenização pleiteada pelo autor da demanda.
5. Se a decisão de juiz federal, excluindo do processo a parte que atraía a competência da justiça federal, for atacada por agravo de instrumento, a causa, processada entre as partes remanescentes, continuará tramitando perante a justiça federal, até que a questão esteja definitivamente julgada.

QUESTÃO 6

Com referência à disciplina dos prazos para a prática de atos processuais, julgue os itens abaixo.

1. O prazo para a interposição de recurso conta-se a partir da simples publicação que anuncia o resultado do julgamento no Diário da Justiça, e não da publicação das conclusões do acórdão.
2. O privilégio da fazenda pública de contar em dobro e em quádruplo, respectivamente, os prazos para recorrer e contestar estende-se também às empresas públicas e às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público.
3. A Lei de Execução Fiscal dispõe que, recebidos os embargos, o juiz mandará intimar a fazenda para impugná-los no prazo de trinta dias. Nesse caso, aplicando-se a regra do art. 188 do CPC, computar-se-á em quádruplo o prazo para a impugnação dos embargos quando a parte for a fazenda pública.
4. A fazenda pública tem prazo em dobro para interposição de apelação adesiva, mas o prazo para responder ao recurso é o comum, de quinze dias.
5. Havendo pluralidade de réus, somente com a juntada aos autos do último ato de citação, devidamente cumprido, é que começa a correr, para todos os réus, o prazo de apresentação da defesa.

QUESTÃO 7

Quanto aos princípios gerais que regem o processo civil, julgue os seguintes itens.

1. No processo civil brasileiro, vigora o princípio da fungibilidade das tutelas cautelares, o que significa dizer que o juiz, diante de um pedido de tutela cautelar, pode conceder tutela diversa da requerida pela parte, tendo em vista a finalidade de garantir a função jurisdicional atribuída a tal espécie de tutela jurisdicional.
2. Denegada a segurança, por falta de prova preconstituída do alegado pelo impetrante, fica vedado a este renovar o pedido em vias ordinárias, em face da coisa julgada.
3. Na hipótese de apelação interposta contra sentença terminativa que tenha posto fim ao processo sem julgamento de mérito, o tribunal, provendo o recurso, em vez de restituir os autos ao órgão inferior para prosseguir no feito, deve passar, *incontinenti*, ao exame do mérito, tendo em vista os princípios da economia processual e da instrumentalidade das formas.
4. Na hipótese do art. 475, inciso II, do CPC, que institui o reexame obrigatório das decisões proferidas contra a fazenda pública, tendo em vista o princípio que proíbe a *reformatio in pejus*, se a decisão da causa, na primeira instância, foi parcialmente desfavorável à União, ao estado ou ao município, e não havendo apelação voluntária, fica o tribunal adstrito à reapreciação apenas da parte em que a fazenda ficar vencida, vedado àquele órgão agravar a situação da fazenda.
5. No caso de direitos disponíveis, a revelia do réu constitui presunção absoluta, levando, necessariamente, à procedência o pedido contido na inicial.

QUESTÃO 8

Julgue os itens que se seguem.

1. Não é parte legítima para figurar no pólo passivo de mandado de segurança o dirigente de sociedade de economia mista, ainda que o ato praticado seja qualificado como ato de autoridade, concernente às funções que lhes forem delegadas pelo poder público porque, no caso, a impetração deve ser dirigida contra a autoridade que tiver delegado o ato.
2. A sentença ilíquida, quando a determinação do valor da condenação puder ser feita por mero cálculo aritmético, independe de procedimento prévio de liquidação, cabendo ao credor instruir a inicial da execução com a memória do cálculo, restando ao devedor a via dos embargos para sua impugnação.
3. Empresa pública e sociedade de economia mista têm, em tese, legitimidade para propor ação civil pública e mandado de segurança, mas não a têm para propor ação popular.
4. O DF é parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda proposta por professores da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), objetivando obter reajuste de vencimentos decorrente de aplicação de índices governamentais, pois a FEDF não possui personalidade jurídica própria.
5. A Lei dos Juizados Especiais, privilegiando sobremaneira o princípio da oralidade e estabelecendo que a prova oral não será reduzida a termo, garante que as partes possam repetir a prova perante a turma julgadora – colegiado composto por juízes que não participaram da instrução –, caso seja interposto recurso contra a sentença.

Com relação ao direito tributário, julgue os itens seguintes.

① O princípio da anterioridade, no campo tributário, não se limita a exigir que todo tributo incida somente sobre fatos posteriores à lei que os instituiu, mas exige também que a cobrança incida apenas sobre fatos geradores ocorridos a partir do exercício financeiro posterior ao da publicação da norma.

② Considere a seguinte situação hipotética.

Em virtude dos benefícios fiscais concedidos pelo estado de Santa Catarina, algumas indústrias produtoras de roupas de lã mudaram-se do Paraná para aquele estado. Contudo, embora a produção se tenha deslocado para Santa Catarina, a maior parte das roupas produzidas em território catarinense era enviada para o Paraná. Como forma de compensar a queda na receita tributária, vários prefeitos sugeriram ao governo do Paraná que aumentasse a alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) relativo às roupas provenientes de Santa Catarina.

Nesse caso, se o Paraná efetuasse o aumento sugerido pelos prefeitos, o ato seria inconstitucional.

③ Considere a seguinte situação hipotética.

De acordo com a Constituição de 1988, cabe ao Senado Federal fixar os valores máximo e mínimo das alíquotas do ICMS. Para otimizar a arrecadação desse tributo, o estado de Pernambuco editou lei complementar estabelecendo que a alíquota do ICMS seria sempre idêntica ao limite máximo fixado pelo Senado Federal.

Tal vinculação seria inconstitucional, pois as leis estaduais devem atuar de maneira específica as alíquotas do ICMS.

④ Os únicos impostos da União que podem incidir sobre operações relativas a energia elétrica são o imposto de importação e o imposto de exportação.

⑤ O imposto incidente sobre doações de bens imóveis é estadual. Porém, como o direito tributário trata a doação submetida a encargo como transmissão a título oneroso, essa espécie de doação sofre incidência de imposto municipal.

Acerca do direito tributário, julgue os itens a seguir.

① Se o DF construísse uma ponte ligando o Lago Norte ao Plano Piloto e, em virtude da valorização dos imóveis próximos à obra, decidisse cobrar dos seus proprietários uma contribuição de melhoria, então o Estado não poderia cobrar de cada particular uma contribuição maior que o acréscimo do valor de seus imóveis, resultante da construção da nova ponte. Além disso, caso a soma do valor agregado aos imóveis pela nova obra ultrapassasse o custo da própria construção, a parte excedente do preço da obra somente poderia ser utilizada para custear a manutenção da nova ponte ou eventuais melhoramentos dela.

② Se a CEB, o governo do Distrito Federal (GDF) e a associação de moradores de um condomínio residencial próximo ao Plano Piloto estabelecessem um acordo, pelo qual o GDF se comprometesse a custear a instalação da rede de iluminação pública no condomínio e os moradores deste se obrigassem a pagar à CEB uma determinada quantia mensal, para custear a manutenção do serviço de iluminação pública, não obstante a quantia a ser paga pelos moradores ser uma espécie de retribuição por serviços prestados, ou ao menos colocados à sua disposição, não se poderia subsumir essa mensalidade ao conceito tributário de taxa.

③ Considere a seguinte situação hipotética.

Um estudo do departamento de informática da CEB indicou ser necessário atualizar os computadores da companhia. Para que fosse feita essa atualização, o mais adequado seria vender os computadores antigos e adquirir equipamentos mais modernos.

Nesse caso, a venda dos computadores antigos caracterizaria circulação de mercadoria e, conseqüentemente, seria fato gerador de ICMS.

④ Não é possível alterar regras sobre contribuição social por meio de medida provisória, haja vista a incompatibilidade entre a vigência limitada das medidas provisórias e a *vacatio legis* de noventa dias, atribuída pela Constituição às normas relativas a contribuições sociais.

⑤ Considere a seguinte situação hipotética.

Em janeiro de 2000, Eufrásio recebeu de seu pai, na qualidade de adiantamento de legítima, um apartamento que vale R\$ 100.000,00. Dois meses depois, Eufrásio vendeu esse imóvel a Alfredo por R\$ 120.000,00.

Nessa situação, enquanto o incremento no capital de Eufrásio resultante da doação feita por seu pai não integraria a base de cálculo do imposto de renda, o ganho de capital gerado pela alienação do apartamento integraria a base de cálculo de tal imposto. Todavia, dos R\$ 120.000,00 recebidos de Alfredo, o imposto de renda incidiria apenas sobre R\$ 20.000,00.

11
A impostos federais, estaduais e municipais, julgue os itens que

1. Para evitar que o imposto sobre produtos industrializados (IPI) incida sobre encargos tributários, a base de cálculo do IPI cobrado sobre produtos de procedência estrangeira é o preço final do bem, excluídos tanto o valor do imposto de importação efetivamente pago quanto o de eventuais taxas exigidas para a entrada do produto no Brasil.

2. Considere a seguinte situação hipotética.

O DF, em lei publicada em agosto de 1999, estabeleceu que seria de 0,3% o IPTU incidente sobre imóveis cuja utilização estivesse de acordo com o plano diretor aprovado pela Câmara Legislativa. Todavia, quanto aos imóveis cuja utilização não atendesse às exigências do referido plano diretor, estabeleceu-se que o imposto seria aumentado em 0,1% a cada ano, até que a situação fosse regularizada.

Nesse caso, a progressividade instituída estaria em pleno acordo com as disposições constitucionais.

3. Entre as pessoas físicas, apenas aquelas que residem no país podem ser contribuintes do imposto de renda, sendo que as rendas auferidas no exterior por brasileiro residente no país fazem parte da base de cálculo do imposto de renda.

4. Caso a CEB estabelecesse um contrato com a indústria Eletrônica S.A., por meio do qual a CEB se obrigasse a reservar à indústria uma determinada quantidade diária de energia elétrica, a base de cálculo do ICMS incidente sobre a operação seria o valor do contrato de garantia de demanda reservada, mesmo que nem toda a potência reservada fosse efetivamente consumida pela Eletrônica S.A.

5. No DF, o único imposto cobrado sobre o serviço de fornecimento de energia elétrica é o ICMS. Quanto a esse tributo, o contribuinte é o consumidor final, enquanto a CEB é o substituto tributário.

QUESTÃO 12

De acordo com o sistema constitucional brasileiro, julgue os itens a seguir.

1. Se o DF, por meio de sua Câmara Legislativa, editar lei versando sobre a organização administrativa da defensoria pública, da polícia civil, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar dessa unidade da federação, estará ultrapassando sua competência constitucional.

2. Considere a seguinte situação hipotética.

Eleito o governador do DF e decorridos dois anos de seu mandato, ele foi convidado para integrar a equipe do governo federal, tendo aceitado o cargo de Ministro da Cultura. O vice-governador eleito, então, ocupou a direção do Poder Executivo distrital, só que veio a falecer por um ataque fulminante do coração, quatro meses depois. Chamado para o exercício da governadoria, o presidente da Câmara Legislativa, transcorridos dois meses, foi acometido de doença grave e sucedeu-lhe o seu substituto legal. Ocorreu que este veio a falecer logo em seguida, por um acidente de automóvel.

Nessa hipótese, seria chamado para o provimento do cargo de governador, até serem convocadas novas eleições, o presidente do TJDF.

3. Se, em determinado ano, o DF deixar de aplicar no ensino o mínimo de 25% da receita resultante de impostos, como exige a Constituição da República, tal circunstância dará ensejo à intervenção federal, que dependerá do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de representação do procurador-geral da República.

4. O sistema constitucional brasileiro adota a independência e separação de poderes, mas admite, em alguns casos, a delegação de atribuições.

5. Se um projeto de lei de iniciativa reservada aos tribunais for proposto e aprovado pelo Poder Legislativo, a sanção do Poder Executivo, no caso, jamais irá convalidar o referido projeto.

Quanto ao direito constitucional, julgue os seguintes itens.

1. Em sede de processo legislativo, a promulgação, que consiste em mera comunicação, aos destinatários de uma lei, da sua criação e de seu conteúdo, é ato exclusivo do presidente da República, não podendo ser suprido ou praticado por qualquer representante de outro poder da República.

2. A União Federal detém o monopólio do petróleo, gás natural e minério ou minerais nucleares, contudo, poderá contratar empresas estatais ou privadas para a pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos, de acordo com as condições legais.

3. Considere a seguinte situação hipotética.

Um advogado da CEB recebeu, para parecer jurídico, um ato normativo da empresa que, buscando agilidade administrativa e eficiência, dispensava, absolutamente, a realização de licitação pública para a aquisição de bens e a contratação de serviços para a Companhia. O advogado, sob a justificativa de que a Constituição da República sujeita as empresas públicas e as sociedades de economia mista ao regime jurídico próprio das empresas privadas, em que a licitação não é necessária, pronunciou-se, em seu parecer, favoravelmente ao ato normativo citado, por estar em compatibilidade com a Constituição e as leis pertinentes.

Nessa situação, atuou descuidadamente o parecerista ao opinar favoravelmente ao ato, que, se for aprovado, será considerado inconstitucional.

4. Considere a seguinte situação hipotética.

Um cidadão ajuizou ação popular, visando a anulação de ato lesivo à moralidade administrativa, praticado pelo diretor-presidente da CEB, consistente em desrespeito a um dos princípios da administração pública, mas que não causou dano patrimonial.

Nesse caso, o advogado do réu deveria, em preliminar, suscitar a impossibilidade jurídica do pedido, porquanto a ação popular só se presta à proteção dos patrimônios público, histórico e cultural.

5. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzem eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, tanto para o próprio STF quanto para os demais órgãos do Poder Judiciário e para o Poder Executivo.

QUESTÃO 14

Em face das disposições do texto constitucional, julgue os itens abaixo.

- ① Os trabalhadores rurais e urbanos dispõem do prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, para propor ação quanto aos créditos das relações de trabalho.
- ② A defesa dos interesses e direitos dos consumidores é incumbência do Estado, que previu, como instrumento de tutela, a ação civil pública, com legitimidade exclusiva do Ministério Público.
- ③ Considere a seguinte situação hipotética.
Um copeiro da CEB, ao ser aprovado em concurso público promovido pelo Poder Legislativo do DF, para um cargo de motorista, que poderá exercer em horário compatível com o que exerce na Companhia, requereu, administrativamente, a cumulação remunerada dos cargos.
Apesar da compatibilidade de horários, o pleito não poderia ser atendido, porquanto a vedação constitucional de cumulação de cargos estende-se igualmente às empresas públicas e sociedades de economia mista.
- ④ Se o governador do DF impetrar, junto ao Superior Tribunal de Justiça, *habeas corpus* para trancar ação penal contra ele ajuizada, pela prática de crime comum, e for julgado improcedente o pedido, caberá recurso extraordinário para o STF.
- ⑤ No rol dos legitimados para a propositura da ação declaratória de constitucionalidade, não se incluem os governadores de estados.

QUESTÃO 15

Julgue os itens que se seguem.

- ① Para os trabalhadores não-submetidos a regime especial, a superação da jornada máxima de 8 h não acarreta o pagamento de horas extras se, havendo acordo ou convenção coletiva, for observado o limite semanal máximo de 44 h.
- ② Estão sujeitos ao regime geral de proteção de jornada os empregados gerentes, exercentes de cargos de gestão, quando a remuneração percebida for superior em 40% ao salário do cargo efetivo.
- ③ O trabalho realizado em turnos de revezamento, em função dos prejuízos sociais e biológicos que acarreta ao trabalhador, apenas pode ser realizado em jornadas de, no máximo, seis horas. Se, no entanto, for concedido intervalo durante a jornada para refeição e descanso, a jornada de trabalho deverá ser livremente pactuada.
- ④ O princípio da irredutibilidade salarial, concebido com o objetivo de proteger os trabalhadores contra abusos e desmandos, admite exceções, desde que definidas em acordos ou convenções coletivos de trabalho.
- ⑤ À empregada gestante estão asseguradas a licença-maternidade de 120 dias e a estabilidade no emprego desde a concepção até cinco meses após o parto.

QUESTÃO 16

Considere a seguinte situação hipotética.

Um empregado foi contratado para prestar serviços a uma empresa do setor de energia elétrica. Como encarregado de manutenção, exercia suas funções em sistemas elétricos energizados. Porém esse vínculo não foi formalizado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Embora contratado para carga de 8 h diárias e 44 h semanais, laborava 9 h diárias, entre segunda e sexta-feira, com folgas aos sábados e domingos. Após dez anos de serviço, a empresa para a qual trabalhava foi adquirida por outra empresa do mesmo segmento. Nessa ocasião, aceitando proposta que lhe fora dirigida pela nova empresa, o trabalhador foi aproveitado, com a formalização do contrato e o cumprimento das obrigações sociais, mantidas as demais condições observadas anteriormente na execução do trabalho.

Com base nessa situação, julgue os seguintes itens.

- ① A relação de emprego, no caso, apenas poderá ser reconhecida a partir da data da formalização na CTPS, após a alteração da propriedade da empresa. No período anterior, a ausência de formalização do contrato, com os registros próprios na CTPS, revelando preterição de solenidade essencial, determina a análise da situação sob a óptica estrita do direito civil.
- ② A hipótese legal de sucessão de empregadores não se fez caracterizada, já que a prestação de serviços continuou em favor da mesma unidade empresarial.
- ③ Pelo tempo de serviço observado, tem o trabalhador direito à estabilidade no emprego mantido perante a empresa contratante.
- ④ Pelo horário observado, há direito ao recebimento de 1 h extra semanal e, ainda, do adicional extraordinário sobre as horas excedentes da oitava diária.
- ⑤ Pelas funções desempenhadas, o empregado tem direito ao adicional de periculosidade, a ser apurado de forma diretamente proporcional ao número de horas laboradas em condições de risco acentuado.

Atto do processo judiciário trabalhista, julgue os itens abaixo.

1. Quando ainda não-instalada a relação jurídica processual, no procedimento ordinário, o comparecimento dos litigantes à audiência é indispensável, sob pena de arquivamento da ação ou de caracterização da revelia e confissão ficta, se ausente reclamante ou reclamado, respectivamente.
2. A ausência do sujeito passivo da relação processual à audiência, quando ainda não-definidos os limites da *litiscontestatio*, não fará configurada a revelia, se estiver presente ao ato advogado por ele constituído, de forma regular, munido de defesa.
3. Em qualquer hipótese, desde que já produzida a contestação, a ausência do reclamante à audiência imporá a aplicação da confissão ficta.
4. Segundo a legislação vigente, no procedimento sumariíssimo, os pedidos devem ser oferecidos de forma líquida, sob pena de indeferimento liminar.
5. No procedimento sumariíssimo, cumpre ao juiz, reitor do processo, determinar com liberdade as provas que entenda necessárias, limitando as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, apreciando-as segundo sua própria convicção e também valorando livremente as regras da experiência técnica ou comum.

QUESTÃO 18

Ainda acerca do processo judiciário trabalhista, julgue os itens a seguir.

1. Nos feitos submetidos à justiça do trabalho, as decisões interlocutórias autorizam a interposição de agravo retido, segundo as normas do processo civil, aplicáveis subsidiariamente ao processo do trabalho.
2. É admissível para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), com prazo de oito dias, o recurso ordinário das decisões proferidas em ações individuais e coletivas de competência originária dos tribunais regionais.
3. Compete às partes a indicação das peças necessárias à formação do agravo de instrumento, devendo o julgador, ao detectar a ausência de documento reputado essencial, determinar, como condição prévia para a imposição da sanção processual cabível, a intimação da parte interessada para suprir o vício.
4. O recurso de revista para o TST é admissível contra decisão de tribunal regional proferida em incidente de embargos de terceiro, quando verificada a afronta indireta a norma da Constituição da República.
5. No processo do trabalho, os embargos de declaração devem ser julgados na primeira sessão subsequente à sua apresentação, admitindo-se a concessão de efeito modificativo nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

QUESTÃO 19

Considerando que determinada entidade da administração pública tenha divulgado a realização de processo licitatório com vistas à contratação de bens e serviços de informática cujo valor justificaria a realização de tomada de preços, julgue os itens abaixo.

1. Caso a entidade opte por realizar a tomada de preços, nela somente poderão apresentar propostas as empresas que estiverem cadastradas na data da divulgação do edital.
2. Ainda que o valor justifique a realização de tomada de preços, poderá ser utilizada concorrência.
3. A entidade deverá, necessariamente, realizar licitação do tipo técnica e preço.
4. Ainda que o valor do contrato justifique a realização de tomada de preços, a contratação de bens de informática torna a licitação inexigível.
5. Poderá a administração, se assim o desejar, fracionar o contrato em tantas parcelas quantas forem necessárias à realização de diversos convites.

QUESTÃO 20

Uma das principais características dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes, que permitem conferir à administração pública posição de supremacia em relação àqueles que com ela contratam. Referindo-se a esse aspecto, julgue os itens que se seguem.

1. Poderá a administração modificar unilateral e ilimitadamente o contrato administrativo.
2. De acordo com a legislação pertinente, há situações em que os contratos administrativos podem ser rescindidos unilateralmente, mesmo que o contratado esteja cumprindo fielmente suas obrigações.
3. Verificando-se vício na formalização do contrato, a administração deverá promover sua anulação, independentemente de ação judicial.
4. Na hipótese de se verificar atraso nos pagamentos devidos pela administração, somente se esse superar o prazo de noventa dias, poderá o contratado optar pela suspensão da execução do contrato ou pela sua rescisão.
5. Poderá a administração aplicar sanções administrativas aos contratados, independentemente de ação judicial, desde que assegure o contraditório e a ampla defesa.

QUESTÃO 21

As empresas públicas e sociedades de economia mista

- ① respondem objetivamente pelos atos praticados por seus agentes independentemente de prestarem serviços públicos ou de explorarem atividades econômicas.
- ② que explorem atividades econômicas não estão obrigadas a realizar concurso público para a contratação de seus empregados.
- ③ somente poderão ser instituídas após a edição de lei específica.
- ④ vinculadas à administração pública federal possuem foro privilegiado na justiça federal.
- ⑤ deverão ser registradas em cartórios de pessoas jurídicas ou em juntas comerciais para poderem adquirir personalidade jurídica.

QUESTÃO 22

Considere que determinado consórcio tenha obtido, no ano de 1999, concessão de serviço público para o aproveitamento de potencial hidráulico destinado à produção independente de energia elétrica. Em face dessa situação e da sua legislação de regência, julgue os seguintes itens.

- ① O consórcio não poderá comercializar energia elétrica diretamente com consumidores.
- ② A contratação do consórcio foi, necessariamente, precedida de licitação.
- ③ O contrato de concessão deverá ter seu prazo de vigência limitado a 35 anos, admitida uma única prorrogação, a critério do próprio consórcio.
- ④ O poder concedente poderá, a qualquer tempo, em nome do interesse público, e mediante ato administrativo específico, determinar a encampação da concessão.
- ⑤ Com a celebração do contrato de concessão, torna-se o consórcio titular dos serviços públicos a serem prestados.

QUESTÃO 23

Considere a seguinte situação hipotética.

João e Pedro montaram pequena banca, visando à realização de negócios de compra e venda de produtos importados. Nos termos do acordo por eles celebrado, que não foi registrado em junta comercial, enquanto João administraria o negócio, Pedro entraria com o capital inicial necessário.

Em face dessa situação, julgue os itens seguintes.

- ① Serão nulas as operações de compra e venda realizadas.
- ② A sociedade de fato decorrente do acordo tácito existente entre Pedro e João poderá ter sua falência decretada.
- ③ João e Pedro responderão solidária e ilimitadamente pelas dívidas contraídas no interesse da sociedade.
- ④ A sociedade de fato constituída entre Pedro e João possui legitimidade para requerer a falência de terceiros.
- ⑤ A existência do acordo de vontade entre João e Pedro é suficiente para o surgimento da personalidade jurídica da sociedade.

QUESTÃO 24

Acerca das sociedades por ações, julgue os seguintes itens.

- ① A responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- ② Companhias de capital aberto terão seus títulos admitidos à negociação em bolsas de valores; companhias de capital fechado, em mercados de balcão.
- ③ Uma sociedade comercial que adote um nome empresarial tal como **Irmãos Pereira e Cia.** será considerada sociedade anônima.
- ④ Sociedade anônima que explore atividade agrícola será mercantil.
- ⑤ Os administradores da sociedade anônima responderão pessoalmente pelos atos que pratiquem em nome da sociedade.

QUESTÃO 25

Considere a seguinte situação hipotética.

No dia 1/6/2000, Maria de Fátima, gerente da sociedade comercial Fátima Festas Ltda., emitiu, em Brasília, em nome da pessoa jurídica, cheque como pagamento de dívida da sociedade. Tal cheque somente foi apresentado ao banco no dia 15/9/2000, oportunidade em que não foi pago pelo sacado ante a ausência de fundos.

Com referência a essa situação, julgue os itens abaixo.

- ① Poderá o credor do cheque acionar judicialmente a sociedade comercial e Maria de Fátima, gerente, que deverão responder solidariamente pelo não-pagamento do cheque.
- ② Considerando-se o prazo decorrido entre a data da emissão do cheque e a data de sua apresentação, não poderá ser proposta a ação executiva com base no cheque.
- ③ Caso a agência sacada seja de Brasília, será de trinta dias o prazo para a apresentação do cheque.
- ④ Caso venha a se verificar a prescrição do prazo para propositura de ação executiva, poderá ser proposta ação monitória com base no cheque.
- ⑤ Maria de Fátima somente será chamada a responder pessoalmente pelo não-pagamento do cheque se a sociedade por ela administrada vier a falir.

Não tenho ilusões de que uma única reunião de cúpula possa mudar o mundo, mas acredito que esse encontro signifique uma oportunidade única para renovarmos nossa missão e nosso propósito.

Kofi Annan.

Essas palavras de Kofi Annan, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), referem-se à reunião da Cúpula do Milênio, que, envolvendo mais de 150 chefes de Estado e de governo, transformou Nova Iorque no centro político do planeta, na primeira quinzena de setembro de 2000. Com relação a essa reunião, promovida pela ONU, julgue os itens seguintes.

- ① De maneira ampla, é correto afirmar que a reunião foi convocada para discutir o futuro do mundo e os desafios que os países terão de enfrentar no século XXI, entre os quais salientam-se as questões da paz e da pobreza.
- ② O vice-presidente da República, Marco Maciel, representou o Brasil e, em seu pronunciamento, defendeu a transformação da dívida externa dos países em projetos sociais, de que a bolsa-escola seria exemplo.
- ③ Fortalecimento da ONU, redução da pobreza, educação para todos, combate à propagação da AIDS e proteção ao ambiente foram alguns dos principais temas focalizados.
- ④ O acontecimento de maior impacto da reunião ocorreu no último dia dos trabalhos, quando os representantes de quase todos os países – a exceção foi Israel – assinaram a ata solene de criação do Estado da Palestina.
- ⑤ Ao contrário do que se previa, a Cúpula iniciou e concluiu os seus trabalhos sem que ninguém ousasse levantar questões que envolvessem a estrutura e o funcionamento da ONU, como a composição do Conselho de Segurança e a gestão das missões de paz.

QUESTÃO 27

A década atual tem assistido a profundas transformações nas relações internacionais. O fim da bipolaridade, que tão bem caracterizara o período da Guerra Fria, anuncia um novo quadro de poder mundial, ainda em processo de consolidação. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- ① O fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas trouxe como consequência imediata a eliminação da possibilidade de um conflito nuclear, já que seus arsenais foram destruídos, retirando-se da Rússia a possibilidade de administrá-los.
- ② Na recente crise de Kosovo, mais uma a dilacerar uma Iugoslávia fragmentada, chamou a atenção da opinião pública mundial a agilidade com que a ONU atuou, não dando espaço para blocos militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
- ③ No cenário internacional pós-Guerra Fria, os Estados Unidos da América (EUA) adotaram uma postura de retraimento que está diretamente associada à fragilidade de suas empresas – notadamente a indústria bélica –, que não mais conseguem enfrentar a concorrência européia e asiática.
- ④ A República Popular da China tem emitido claros sinais de que acompanha as mudanças em curso no mundo: ao mesmo tempo em que promove a liberalização política do regime, cada vez mais aberto e democrático, aprofunda a presença do Estado na economia, inviabilizando a atuação da iniciativa privada.
- ⑤ Após praticamente desaparecer do mapa da Europa Oriental, em menos de uma década o socialismo volta a ter a mesma força de antes: os tradicionais partidos comunistas retomaram, pela via eleitoral, o poder na Polônia, Hungria, Romênia, Checoslováquia e Bulgária.

QUESTÃO 28

A mundialização dos mercados, uma das características marcantes da economia contemporânea, tem estimulado a formação de blocos regionais, que se apresentam aos países que os integram como um instrumento na luta por espaços em um quadro de acirrada competição. A propósito desses blocos, julgue os itens a seguir.

- ① O Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) decorreu da aproximação inicial entre Argentina e Brasil, que, sob os governos de Alfonsín e Sarney, na década de 80, iniciavam seus respectivos processos de redemocratização, após o período de regimes autoritários.
- ② Ao ser formalizado, o MERCOSUL instituiu uma cláusula em seu protocolo de criação que impede a participação de outros países, mesmo como associados, no bloco, restringindo-o aos quatro fundadores – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.
- ③ O que atualmente se conhece como União Européia é o resultado de um longo processo, iniciado no final dos anos 50, que evoluiu, entre outros setores, da simples união aduaneira à adoção de uma moeda única – o euro –, à abertura das fronteiras e à instituição de um parlamento único.
- ④ O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), unindo as economias norte-americana, canadense e mexicana, constitui a única proposta de bloco econômico que os EUA defendem para o continente americano.
- ⑤ O mesmo peso que os EUA têm para o NAFTA é o que a Argentina representa no âmbito do MERCOSUL, embora seguida de perto pelo Uruguai, cuja indústria rapidamente tem superado o tradicional papel da agropecuária em sua economia.

QUESTÃO 29

Brasília foi sede, no início do segundo semestre de 2000, de um acontecimento inédito, de real significado político: a reunião da Cúpula dos Presidentes da América do Sul. Além de reafirmarem o compromisso de seus países com a democracia, os participantes também debateram os caminhos que podem levar ao aprofundamento do processo de integração econômica. Acerca da reunião, julgue os itens abaixo.

- ① Em que pese o visível desconforto da Argentina com o fato, o certo é que a presença de Vicente Fox, presidente eleito do México, conferiu à Cúpula uma importância ainda maior ao ampliar o conceito de América do Sul para América Latina.
- ② Embora tenha sediado o encontro, não partiu do Brasil a idéia de promovê-lo e de formular os convites aos presidentes sul-americanos. Para o Itamarati, uma atitude dessa natureza passaria a falsa imagem de que ao país interessaria assumir posição de liderança na região.
- ③ No documento final da reunião, explicitou-se a exigência da democracia – com a garantia e a manutenção de processos eleitorais livres, periódicos, transparentes, justos e pluralistas – como fator de integração, estipulando-se a realização de consultas políticas na hipótese de ameaça de ruptura na ordem democrática na América do Sul.
- ④ Os governos sul-americanos comprometeram-se a aprofundar a integração econômica, destacando-se, nesse compromisso, algumas medidas: conclusão dos acordos do MERCOSUL com a Bolívia e o Chile; fixação de um prazo para a adoção do livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina; prosseguimento das negociações com vistas à implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), levando em conta as diferenças regionais.
- ⑤ Na área do combate ao crime, decidiu-se, entre outros compromissos, instituir um mecanismo formal de consultas regulares entre os órgãos responsáveis pelo combate ao narcotráfico em cada país e criar um grupo regional contra a lavagem de dinheiro.

QUESTÃO 30

Com um contingente de eleitores superior a cem milhões, o Brasil volta hoje às urnas. No que se refere a essas eleições, julgue os itens que se seguem.

- ① Pela primeira vez na História do Brasil, estão sendo utilizadas urnas eletrônicas em todos os municípios, independentemente do número de habitantes e de eleitores.
- ② Por serem eleições municipais, estão sendo escolhidos os prefeitos e seus respectivos vice-prefeitos, além dos vereadores que comporão as câmaras municipais.
- ③ O instituto da reeleição está sendo, pela primeira vez, aplicado no caso dos prefeitos, sendo mantida, no entanto, a proibição de os vereadores pleitearem sua recondução para um mandato consecutivo.
- ④ No DF, não está havendo eleição pois, na capital da República, não há Poderes Legislativo e Executivo independentes, razão por que essa unidade federativa não tem prefeito nem vereadores.
- ⑤ A possibilidade de segundo turno, já existente e praticada nos três últimos pleitos presidenciais, não ocorre nas eleições de prefeitos.

QUESTÃO 31

Ao anunciar o Plano Colômbia, envolvendo uma ajuda de US\$ 1,3 bilhão para o combate ao narcotráfico naquele país, cuja aprovação decorreu de duros embates no Congresso, o governo norte-americano suscitou graves preocupações no continente, especialmente na América do Sul. Acerca desses episódios, julgue os itens seguintes.

- ① O plano é um programa amplo e prevê, além do combate ao narcotráfico, medidas para o estabelecimento da paz e da reconstrução da Colômbia.
- ② A Colômbia vive, hoje, uma guerra civil na qual, além do narcotráfico, atuam as forças militares do Estado, grupos paramilitares e duas guerrilhas, das quais as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) são as mais poderosas.
- ③ Na América do Sul, teme-se que o Plano Colômbia, a exemplo do que já aconteceu no passado, em outras regiões conflagradas, fuja aos seus mecanismos de controle, desencadeando novos problemas, sem resolver aqueles já existentes.
- ④ Temendo a fuga em massa de guerrilheiros oriundos da Colômbia e o surgimento de rotas do narcotráfico em seu território, o governo brasileiro já deslocou mais da metade das tropas do seu Exército para guarnecer sua fronteira com aquele país.
- ⑤ Na recente reunião da Cúpula dos Presidentes da América do Sul, em Brasília, apesar das desconfianças iniciais dos participantes, aprovou-se documento que formaliza, enfaticamente, apoio ao plano apresentado pelos EUA.

QUESTÃO 32

O atual estágio de desenvolvimento e de transformação na economia mundial sustenta-se em um espetacular avanço tecnológico. Superando-se a cada momento, essa refinada tecnologia está presente em todos os setores e, em muitos deles, como na área da biotecnologia, promove conquistas que geram acalorados debates, sobretudo na esfera da ética. A propósito desse tema, julgue os itens a seguir.

- ① Menos de cinco anos após o fenômeno da ovelha Dolly, na própria Grã-Bretanha foi anunciada, ao final de 1999, a realização de clonagem do primeiro ser humano, para espanto de muitos cientistas e repulsa das lideranças religiosas mundiais.
- ② Os produtos geneticamente modificados, os transgênicos, encontram defensores e opositores. No primeiro caso, em se tratando de gêneros alimentícios, cientistas e indústrias apóiam-se na tese de que estão sendo oferecidos produtos de melhor qualidade e imunes a muitas doenças conhecidas.
- ③ A oposição aos transgênicos baseia-se, quase sempre, no temor quanto ao desconhecimento das reais conseqüências que, ao longo do tempo, tais produtos modificados poderão acarretar para a vida humana.
- ④ Hoje, é cada vez mais nítida a fronteira que separa, e distingue, a ciência teórica da ciência aplicada, razão pela qual grandes organizações empresariais estão deixando de investir no conhecimento científico.
- ⑤ O Projeto Genoma, envolvendo grupos de cientistas de diversas partes do mundo, é um bom exemplo de trabalho científico associativo e em rede, prática que, segundo os especialistas, deverá ser a tônica da pesquisa científica no século XXI.

QUESTÃO 33

Instalada pelo Senado Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que procurou apurar determinadas denúncias relativas ao Poder Judiciário encerrou suas atividades, mas alguns temas que ela suscitou permaneceram inconclusos. A respeito dessa CPI e de seus desdobramentos, julgue os itens que se seguem.

- ① O prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, além de inacabado, tornou-se uma espécie de símbolo expressivo de corrupção, especialmente pela quantidade de recursos públicos que, direcionados para a obra, nela não foram gastos, por terem sido desviados.
- ② O avanço das investigações sobre as obras do TRT de São Paulo levantou indícios de tamanha gravidade contra algumas personagens, ao ponto de um senador ver-se obrigado a renunciar – ante a probabilidade de ser cassado por seus pares – e o juiz responsável pela obra ser destituído de suas funções, escapando por pouco de ter sua prisão decretada.
- ③ Em todo o desenrolar dos trabalhos da CPI, chamou a atenção da opinião pública o fato de o Ministério Público Federal ter ficado completamente à margem das investigações, apesar da constante solicitação de todos os parlamentares para que colaborasse ativamente no processo.
- ④ Em decorrência da CPI, foi instalada, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, uma subcomissão que, sem os poderes de uma CPI, não conseguiu concluir seus objetivos, um dos quais era examinar uma possível ligação entre o ex-secretário-geral da Presidência da República e os mecanismos que permitiram a malversação do dinheiro público na obra do TRT de São Paulo.
- ⑤ Concluiu-se que, na origem dos problemas que envolveram a obra do TRT de São Paulo, está o fato de o Poder Judiciário não ter autonomia para propor seu orçamento e o Poder Executivo estar obrigado a repassar todos os recursos orçamentários aprovados pelo Poder Legislativo, exatamente porque é impositivo, e não autorizativo, o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.

C **globalização**, surgido inicialmente nos EUA, tem a ser utilizado quase que universalmente e serve para definir o quadro econômico mundial da atualidade, configurado sobretudo nas últimas três décadas. A respeito desse cenário, julgue os itens abaixo.

- 1 Predomina uma política econômica liberal, que valoriza sobremaneira as manifestações do mercado.
- 2 Tem ocorrido a eliminação sumária de todas as barreiras alfandegárias, o que é feito especialmente pelos países economicamente mais poderosos, que abominam práticas protecionistas.
- 3 Foram extintos os organismos internacionais reguladores das práticas comerciais, como forma de se eliminar qualquer entrave à livre circulação de mercadorias.
- 4 Há rapidez na circulação de produtos e de capitais, possível graças ao suporte oferecido pela tecnologia – máquinas, informática e múltiplos meios de comunicação, por exemplo – aos sistemas produtivo e financeiro.
- 5 Nota-se uma tendência ao retorno às grandes concentrações industriais em determinadas áreas, o que inviabiliza, na prática, a divisão internacional do trabalho e da produção.

QUESTÃO 35

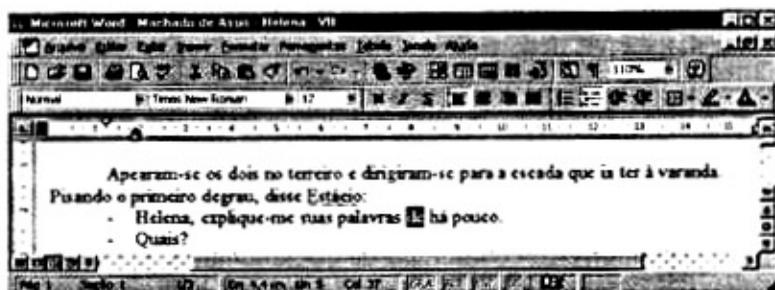
Alvo de elogios generosos e de críticas virulentas, a ONU atravessou a segunda metade deste século, inscrevendo-se definitivamente na História Contemporânea. A propósito da estrutura organizacional e do funcionamento da ONU, julgue os itens seguintes.

- 1 Com sede em Nova Iorque, a ONU congrega a maioria absoluta dos Estados existentes no mundo e, na sua Assembléia Geral, onde todos têm assento, a igualdade é total: cada um representa um voto.
- 2 No Conselho de Segurança da ONU, apenas cinco países têm direito a voto e a veto; os demais integrantes podem apenas votar.
- 3 A UNESCO é o órgão da ONU encarregado de atuar nas áreas de educação, ciência e cultura.
- 4 A missão do UNICEF é voltada para o apoio e o amparo à infância mundial.
- 5 A OIT e a OMS são as vozes da ONU, respectivamente, para as questões do trabalho e da saúde.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Nas questões de 36 a 40, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destras. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção em relação aos programas, arquivos e diretórios utilizados.

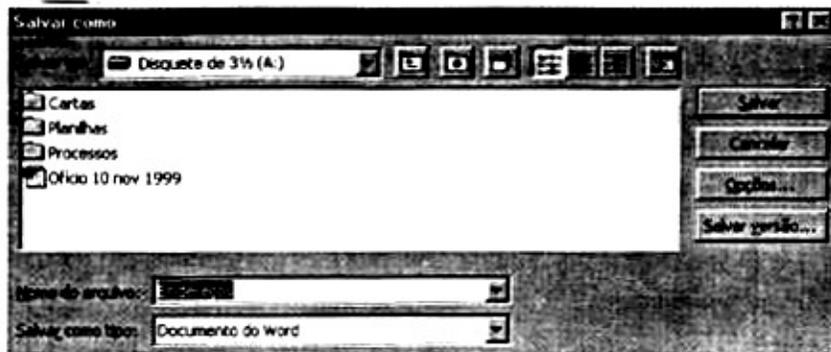
QUESTÃO 36



Com relação à figura acima e ao Word 97, julgue os itens a seguir.

- 1 Para copiar as duas primeiras linhas do texto mostrado na figura para outro local do documento, é correto executar o seguinte procedimento: mover o ponteiro do *mouse* para a esquerda, na primeira linha do texto, até que ele assuma a forma de uma seta voltada para cima e para a direita; pressionar o botão esquerdo do *mouse* e, mantendo-o pressionado, arrastar o *mouse* até que o ponteiro se mova para a esquerda da segunda linha do texto; liberar o botão esquerdo do *mouse*; pressionar a tecla **Ctrl** e, mantendo-a pressionada, acionar a tecla **C**; clicar no local onde se deseja inserir o texto; clicar no menu Ferramentas e em Colar.
- 2 A seguinte seqüência de ações irá sublinhar a palavra "varanda", sem afetar a formatação das demais palavras do texto: aplicar um duplo clique entre as letras "a" e "n" dessa palavra; clicar em **S**.
- 3 O ato de clicar imediatamente à esquerda da palavra "terreiro" e digitar a palavra "casa" fará que a palavra digitada apareça na tela, sobrescrevendo as quatro primeiras letras da palavra "terreiro".
- 4 Quando se clica no botão **X**, o arquivo é automaticamente fechado, mesmo que as modificações realizadas desde a sua abertura não tenham sido salvas, o que pode causar a perda dessas modificações.
- 5 Quando se está trabalhando em um texto cujo idioma atribuído seja o português e se deseja usar o botão **W** para verificar se uma palavra do texto, escrita em inglês, que não consta no dicionário em língua portuguesa do Word 97, contém ou não erro de grafia, é necessário que o idioma inglês seja previamente atribuído a essa palavra.

QUESTÃO 37



Um usuário estava digitando um texto utilizando o Word 97 e, em um certo ponto, clicou no menu Arquivo e em Salvar como..., o que fez aparecer a caixa de diálogo mostrada na figura ao lado.

Com relação a essa situação e ao Word 97, julgue os itens que se seguem.

- ① Um clique simples com o botão direito do mouse no ícone , correspondente à pasta  PROCESSOS, irá abrir essa pasta, mostrando o seu conteúdo.
- ② Um clique em  na caixa  Disquete de 3 1/2 (A:) , fará que o conteúdo do disquete seja copiado para o disco rígido do computador.
- ③ O botão  permite abrir uma pasta localizada um nível acima da pasta ativa.
- ④ Usando-se a caixa Nome do arquivo, ao arquivo ativo pode ser atribuído um nome, que, por sua vez, pode ser formado utilizando-se qualquer caracter representado no teclado do computador.
- ⑤ O botão  pode ser usado em uma seqüência de ações para se criar uma nova pasta.

QUESTÃO 38

Fez-se um levantamento do número de equipamentos eletrônicos danificados por descargas atmosféricas nos três últimos meses de determinado ano, em algumas cidades-satélites do DF. Os dados levantados nessa situação hipotética constam na planilha do Excel 97 mostrada na figura ao lado.

	A	B	C	D	E	F	G
1		Outubro	Novembro	Dezembro			
2	Taguatinga	26	20	14			
3	Ceilândia	30	45	21			
4	Sambamba	10	19	32			
5							

Com relação à figura e ao Excel 97, julgue os itens seguintes.

- ① A ação de imprimir apenas as duas primeiras colunas da planilha mostrada pode ser obtida como resultado do seguinte procedimento: selecionar as duas primeiras colunas, clicar em , clicar em .
- ② Para calcular a soma de todos os números contidos na tabela, colocando o resultado na célula E5, é correto executar o seguinte procedimento: clicar na célula E5, digitar =soma(B2:D4) e teclar .
- ③ Para alinhar o conteúdo das células B2, B3 e B4 à esquerda, é correto executar a seguinte seqüência de ações: posicionar o ponteiro do mouse na célula B2; pressionar o botão esquerdo do mouse e, mantendo-o pressionado, mover o mouse de forma a posicionar seu ponteiro sobre a célula B4; liberar o botão esquerdo do mouse; clicar em .
- ④ Para inserir uma coluna à esquerda da primeira coluna, movendo a atual primeira coluna uma posição para a direita, é correto executar o seguinte procedimento: clicar no cabeçalho da coluna A; clicar, com o botão direito do mouse, no cabeçalho da coluna A, fazendo que apareça uma lista de opções; clicar na opção Inserir.
- ⑤ O ato de, sucessivamente, clicar na célula B5, clicar em  e teclar  fará aparecer, na célula B5, o número 66.

Usando o Internet Explorer 5, um usuário da Internet acessou a página WWW (World Wide Web) da CEB, por meio do endereço <http://www.ceb.com.br> e, após realizar algumas manipulações, obteve acesso à página endereçada por http://www.ceb.com.br/_ceb/cultura/index.htm, como ilustrado na figura ao lado. Nessa página, estão disponíveis diversas imagens de Brasília, que o usuário pode acessar simplesmente clicando sobre a imagem selecionada, que, automaticamente, é aberta em uma janela própria, como também está ilustrado na figura.

A partir dessas informações, julgue os itens a seguir, a respeito do Internet Explorer 5 e da Internet.

- Quando se navega pela WWW, pode-se acessar *home pages* multimídia que podem ser compostas de textos, imagens e conteúdo multimídia, tais como som e vídeo. Para a abertura da página indicada por http://www.ceb.com.br/_ceb/cultura/index.htm, podem ter sido utilizados enlaces de hipertexto, permitidos por meio de uma linguagem de marcação, como, por exemplo, a linguagem HTML (*hypertext markup language*).
- No Windows 98, caso o usuário queira utilizar a imagem de Brasília que foi aberta em janela específica, ilustrada na figura acima, como papel de parede de seu computador, é suficiente adotar o seguinte procedimento: colocar o ponteiro do *mouse* sobre a referida imagem; clicar com o botão direito do *mouse*; no *menu* que aparece após essa operação, selecionar a opção Definir como papel de parede.
- Para acessar novamente páginas já visitadas na sessão aberta ilustrada na figura, o usuário poderá utilizar o botão  ou o botão  na caixa de endereços, pois ambos exibirão a mesma lista de páginas já visitadas e permitirão a utilização dos mesmos recursos.
- Para realizar uma pesquisa acerca de temas de interesse, o usuário somente poderá utilizar os recursos do Internet Explorer 5 acessados por meio do botão .
- A página <http://www.ceb.com.br> poderia também ser acessada utilizando-se um dos seguintes comandos: `ftp://www@ceb.com.br` e `tcp/ip://ceb@com.br`. Para essas duas opções, o usuário não necessitaria utilizar o navegador Internet Explorer 5, pois o primeiro é um recurso de correio eletrônico e o segundo é um recurso de rede de computadores.



QUESTÃO 40

Acerca do Windows 98, de suas funcionalidades e de seus recursos, julgue os itens abaixo.

- Pode-se modificar o papel de parede de um computador, acessando, sucessivamente: o Painel de controle, o recurso de Propriedades de Vídeo, representado por , e a guia Plano de fundo. Nessa guia, o usuário terá à disposição ferramentas que lhe permitirão modificar o papel de parede de seu computador.
- No Painel de Controle, por meio da opção Configurações Regionais, um usuário poderá configurar a exibição de números, datas, moedas e horas em formatos desejados. Muitos aplicativos têm seu funcionamento comprometido caso as Configurações Regionais não estejam compatíveis com seus detalhes internos de implementação.
- O fato de salvar e apagar arquivos do disco rígido com uma certa frequência, ou o simples uso do computador ao longo de um certo tempo, pode provocar uma fragmentação do disco rígido, que é consequência da forma como o computador salva os arquivos. Essa fragmentação pode prejudicar o desempenho do computador, problema esse que pode ser resolvido por meio do uso de recursos denominados desfragmentadores. Porém, no Windows 98 esse recurso não está disponível na forma de *software*, devendo a desfragmentação ser realizada mediante a execução de uma nova formatação do disco rígido.
- No Windows 98, não é possível realizar uma cópia de todos os arquivos de um disquete, incluindo a formatação desse disquete, para um outro disquete, utilizando-se a opção Copiar Disco encontrada no Windows 95. Naquela versão do Windows, essa operação só é possível por meio do recurso de *backup*, acessado via guia Ferramentas de Sistema, em Acessórios, que está na opção Programas, no *menu* Iniciar.
- Diversos aplicativos – arquivos, programas executáveis etc. – podem ser acessados por meio do botão . Muitas vezes, esses aplicativos são adicionados ao *menu* Iniciar no momento de suas instalações, porém, esse *menu* pode ser configurado pelo usuário, que pode remover ou adicionar os aplicativos que serão por ele acessados.

Tumultuados 500 anos

Comparados com os milênios europeus, os 500 anos de Brasil atestam que somos ainda uma jovem nação. No entanto, é vasta a nossa experiência. Fomos colônia, governados d'além-mar, fomos cabeça do reino quando d. João VI se mudou para cá, tângido pelos exércitos napoleônicos; depois expulsamos os portugueses do poder e assumimos o nosso próprio império.

E, afinal, proclamamos a República sem necessidade, diga-se, pois não havia no mundo cabeça coroada mais republicana do que a do sr. d. Pedro II. O que se provou, fartamente, com a sucessão de aprendizes no poder que caracterizou os 100 primeiros anos da República.

Não foi um começo fácil. O país é grande demais e as populações não estavam habituadas a se autogovernarem; a prova disso foram as inquietações que atravessamos, ora no extremo sul, ora ao norte, ora no nordeste. Parece que foi um improvisado sistema de adaptação, o chamado sistema de oligarquias que se estabeleceu por quase todo o país.

Essas famílias formavam uma espécie de nobreza local que dividia entre seus membros todos os postos dentro do governo e, logicamente, as suas prebendas.

Não estou pensando aqui em fazer um tratado sobre os começos da História brasileira. Queria só chamar a atenção para o interlúdio imperial que serviu como etapa de passagem da servidão portuguesa à liberdade republicana. Aliás, a fase inicial na República tinha muito mesmo ares de interlúdio. Os seus próceres eram quase todos figuras do império e muito se disse à época sobre o logro sofrido pelos republicanos históricos, forçados a ceder o passo às "raposas imperiais".

Uma primeira conclusão que se pode tirar da história desse período, transição entre Império e República, é que o Brasil não é mesmo um país de violências. Tinha-se tudo para uma longa fase de inquietações, distúrbios e até sucessos mais sérios. Mas o brasileiro, e devemos dar graças a Deus por isso, não é um povo que preze ou estimule manifestações violentas.

Passamos de colônia a império, tivemos mais de meio século de monarquia, bem comportados como súditos de uma realza antiga e bem fundada. O temperamento de rato de livraria do segundo imperador deve ter ajudado a seguir esse clima.

A ele nada de proezas equestres, nada de cavaleiros andantes; o de que ele gostava era dos livrinhos, não a grande literatura que pode agitar as massas e criar confusões sociais; o imperador gostava era dos livros de ensino médio, Geografia, Aritmética, História Universal etc. E, sinceramente, era disso que o Brasil precisava: um imperador mestre-escola, que não herdasse nada dos arroubos do seu pai e tivesse como supremo objetivo ensinar o país a ler e a fazer contas.

E esse desiderato imperial teve êxito. Livre das exacerbações iniciais, o país se acomodou tão bem que foi capaz de ganhar a Guerra do Paraguai sem sacrifícios heróicos. Ninguém no governo imperial, do imperador ao último ministro, pretendia tirar efeitos de grande aparato; tratava-se de acabar com a guerra o mais depressa e ao menor custo possível em vidas. Mais amena ainda foi a passagem de império a República. A não ser a figura patética do velho imperador, partindo como um servidor despedido, pode-se dizer que a República do Brasil se fez sem choro nem vela. O que se passou de lá para cá, é mais difícil de explicar.

O Brasil cresceu, engordou e enriqueceu. E parece que a Proclamação da República foi feita na hora certa, porque o povo a recebeu docilmente e a família imperial abandonou o País discreta e dignamente também sem choro nem vela.

Como seria de esperar, as comemorações dos 500 anos não passaram em brancas nuvens. Houve índio zangado querendo flechar o presidente. Houve choques da polícia com os índios que felizmente não resultaram em nada mais grave. Comemoraram-se os 500 anos bem ao jeito brasileiro, sem muita ordem nem disciplina, à nossa forma de comemorar: com muito planejamento e poucas realizações.

QUESTÃO 41

A partir das idéias expostas no texto LP-I, julgue os seguintes itens.

- ① Até o período imperial, é possível entender a evolução dos acontecimentos da história do Brasil; depois disso, fica mais complicado justificar as causas de tais acontecimentos, com base nos efeitos por eles provocados nos cidadãos da República.
- ② A idéia mais importante discutida pela autora são as agitações que cercaram as comemorações do quinto centenário do Brasil.
- ③ Os brasileiros militares proclamaram a República na hora certa, porque os aprendizes no poder estavam provocando atos insubmissos ao imperador em vários pontos do país.
- ④ Devido à sua extensão territorial, a melhor solução para o país, segundo a autora, são as oligarquias que formaram, historicamente, um tipo de sociedade onde havia equitativa divisão de trabalho e de lucros.
- ⑤ Devem ser creditadas ao temperamento do brasileiro a ausência de dissensões internas mais graves e a obtenção de significativos sucessos, tais qual a vitória na Guerra do Paraguai.

QUESTÃO 42

Ainda a partir das idéias apresentadas no texto LP-I, julgue os itens abaixo.

- ① O Brasil Colônia, conforme caracterizado no primeiro parágrafo do texto, apresentou vários empecilhos à governabilidade; isso levou Rachel de Queiroz a afirmar que "Não foi um começo fácil" (l.11).
- ② No segundo parágrafo, a autora tece uma crítica a quase toda a história da República, proclamada há mais de 100 anos, chamando os dirigentes da nação de incipientes.
- ③ A autora julga ter sido a expansão das oligarquias, adaptando experiências estrangeiras em grande parte do país, uma possível origem das perturbações sociais, políticas e econômicas.
- ④ Uma das intenções da escritora é valorizar a maneira pacífica com que os problemas foram resolvidos pelos brasileiros, no segundo reinado e nos primeiros anos de República, período considerado um interstício entre servidão e liberdade políticas.
- ⑤ Rachel de Queiroz atribui o caráter acomodado dos brasileiros a uma herança genética recebida do povo português, habituado, culturalmente, a bem haver-se perante uma corte justa, antiga e de bons princípios.

De acordo com o texto LP-I, julgue se os fragmentos dos itens a seguir correspondem a crença ou convicção da autora.

- 1 "o logro sofrido pelos republicanos históricos, forçados a ceder o passo às 'raposas imperiais'" (l.24-25)
- 2 "o Brasil não é mesmo um país de violências" (l.27-28)
- 3 "devemos dar graças a Deus por isso" (l.29-30)
- 4 "supremo objetivo ensinar o país a ler e a fazer contas" (l.42)
- 5 "a República do Brasil se fez sem choro nem vela" (l.50-51)

QUESTÃO 44

No texto LP-I, mantendo-se as idéias originais e a correção da linguagem, seria correto substituir

- 1 "No entanto, é vasta a nossa experiência" (l.2-3) por **Entretanto, a nossa experiência é vasta.**
- 2 "expulsamos os portugueses do poder e assumimos o nosso próprio império" (l.5-6) por **os portugueses expulsamos do poder, ao assumirmos o nosso próprio Império.**
- 3 "E, afinal, proclamamos a república sem necessidade, diga-se" (l.7) por **E, diga-se de passagem, ao final proclamamos a República desnecessariamente.**
- 4 "pois não havia no mundo cabeça coroada mais republicana do que a do sr. d. Pedro II" (l.8-9) por **porque não existia no mundo cabeça coroada mais republicana que a do senhor D. Pedro II.**
- 5 "Essas famílias formavam uma espécie de nobreza local que dividia entre seus membros todos os postos dentro do governo" (l.16-17) por **Tais famílias constituíam um gênero de nobreza local que garantia, aos seus membros, todos postos do governo.**

QUESTÃO 45

Julgue se a redação dos itens a seguir preserva as idéias originais das passagens correspondentes do texto LP-I e se a grafia de cada um deles respeita as normas gramaticais.

- 1 Linhas de 11 a 14: **O país é grande demais, e as populações não estavam habituadas a se auto-governarem; a prova disso foi as inquietações que atravessamos, ora no extremo S, ora ao N, ora no NO.**
- 2 Linhas 19 e 20: **Não estou cogitando redigir aqui um tratado a respeito dos começos da História Brasileira.**
- 3 Linhas de 32 a 34: **Passamos de Colônia bem fundada a Império, e vivemos mais de meio século de monarquia comportando-nos bem, tal qual súditos de uma realeza antiga.**
- 4 Linhas de 43 a 45: **O país, livre das exacerbações iniciais, acomodou-se tão bem, que foi capaz de ganhar, sem sacrifícios heróicos, a Guerra do Paraguai.**
- 5 Linhas de 57 a 60: **Como seria esperado, as comemorações dos quinhentos anos não passaram em branco: houve índio zangado, querendo flechar o presidente, e existiram choques da polícia com indígenas o que, felizmente, não resultou em nada mais grave.**

QUESTÃO 46

palavra usada	sentido A	sentido B	sentido C	sentido D
"tangido" (l.4)	soado	tocado	cutucado	fustigado
"prebendas" (l.18)	ganhos	soldos	gorjetas	salários
"próceres" (l.23)	vultos	líderes	importantes	dirigentes
"exacerbações" (l.43)	doenças	irritações	asperezas	aflições
"patética" (l.49)	cômica	sinistra	cruel	comovente

A partir da tabela acima, em que são apresentados termos utilizados no texto LP-I e algumas acepções a eles associadas (sentidos A, B, C e D), julgue os itens a seguir, considerando a adequação da substituição ao contexto.

- 1 O termo "tangido" está empregado no sentido B, ou seja, **tocado.**
- 2 A palavra "prebendas" está utilizada no sentido A, isto é, **ganhos.**
- 3 O termo "próceres" pode ser substituído por qualquer uma das acepções indicadas na linha correspondente.
- 4 Nenhum dos significados expostos cobre, semanticamente, o sentido de "exacerbações" no texto, com segurança na interpretação.
- 5 Entre os constantes na tabela, o sentido D, **comovente**, é o que melhor substitui a palavra "patética" no contexto.

Texto LP-II – questões de 47 a 49

A humanidade está em um visível processo evolutivo. Raças, crenças, ciências, filosofias ou religiões, todos percebem isso e uma transformação mais profunda começa lentamente a aflorar. Basta estudar um pouco de História para se ver as mudanças acentuadas que ocorrem a cada século, a cada década e hoje, quase a cada semana.

Há uma construção e destruição, um nascer e morrer de civilizações, desde a antiguidade mais remota, pesquisadas pelos estudiosos da vida sobre a Terra. Agora já é evidente que é preciso se abrir ao novo aprendizado que está chegando e tocando cada setor e cada indivíduo de forma diferente. Quem não aceitar isso vai ficar estagnado no tempo e radical no pensamento velho.

É preciso abrir espaço para as energias que, de diversas fontes, estão modificando nosso planeta. É preciso não duvidar que a regência é sempre do Pai, pois são energias que vêm, justamente, impulsionar a evolução humana geral, rumo a um maior aperfeiçoamento e a uma integração mais real com a luz irradiada por Deus.

Para nós, a maneira mais fácil de atingir contato com Sua aura de força e presença é confiar em Sua luz e estar certos de que, a cada momento, Ele está fazendo o melhor para o crescimento e a libertação de cada um. Para os rebeldes, o caminho é mais áspero para o burilamento; pelo amor impessoal, a via é sempre mais suave e os tropeços mais leves.

O senso de justiça, o caráter limpo, o sentido de ordem, a compaixão para com o próximo e a ação da vontade bem dirigida aproximam-nos da luz que vem Dele e nos mostra a Sua casa. E o trabalho deve ser cada vez mais coletivo para que o resultado seja logo alcançado, em uma síntese de harmonia e compreensão do que somos e do que fazemos aqui.

QUESTÃO 47

Comparando as idéias desenvolvidas nos textos LP-I e LP-II, julgue os itens seguintes.

- ① Os textos têm em comum a análise das mudanças por que passaram as sociedades, ao longo da história das civilizações.
- ② Enquanto o texto LP-I propõe-se a ser uma reflexão crítica acerca de algumas páginas da História do Brasil, o texto LP-II aprofunda e amplia tal estudo, abordando aspectos transcendentais.
- ③ O texto LP-I é essencialmente descritivo; o texto LP-II, inicialmente narrativo, passa a ser argumentativo em defesa do ponto de vista adotado pela autora.
- ④ No texto LP-I, a abordagem histórica é predominante; no texto LP-II, predomina o recorte religioso, no trato das relações humanas.
- ⑤ Valores tais quais a nobreza de caráter, o senso de justiça, a retidão de princípios, a solidariedade no trabalho e a firmeza da vontade são enaltecidos nos dois textos.

QUESTÃO 48

Considerando a função sintática de sujeito das orações do último parágrafo do texto LP-II, julgue os itens que se seguem.

- ① A flexão verbal de **aproximar**, no plural, justifica-se devido ao sujeito composto.
- ② O sujeito da forma "vem" está posposto ao verbo, pois é "Dele", ou seja, **de Deus**.
- ③ Em "nos mostra a Sua casa", o núcleo do sujeito é a palavra "luz", embora esteja implícito que é a **luz Dele**.
- ④ No início do segundo período, há duas ocorrências do verbo **ser**, subordinadas aos sujeitos "trabalho" e "resultado", respectivamente.
- ⑤ Em "compreensão do que somos e do que fazemos aqui", há um único sujeito, subentendido, regendo os dois verbos: é a forma pronominal de primeira pessoa do plural, **nós**.

QUESTÃO 49

Nos itens a seguir, há uma nova redação dada, sucessivamente, a cada um dos cinco parágrafos do texto LP-II. Julgue quanto à clareza, à correção gramatical e à preservação do sentido original, a substituição de cada um desses parágrafos pelo item a ele correspondente.

- ① A humanidade está em um visível processo de evolução: raças, crenças, ciências, filosofias ou religiões, todos percebem isso. Uma transformação mais profunda começa, lentamente, a aflorar. É suficiente estudar um pouco de História para se verificarem as mudanças acentuadas que ocorrem a cada século, a cada década e, hoje, quase a cada semana.
- ② Acontecem uma construção e uma destruição, um nascer e um morrer de civilizações, desde a antiguidade mais remota, pesquisadas pelos estudiosos da vida sobre a Terra. Agora já é evidente que é preciso a gente se abrir ao novo aprendizado que está chegando e tocando cada setor e cada indivíduo de forma diferente. Quem não aceitar isso vai ficar estagnado no tempo e radicalizar no pensamento velho.
- ③ É preciso abrir espaço para as energias que, de diversas fontes, estão modificando nosso planeta; não duvidar que a regência é sempre do Pai, pois são Suas energias que vêm, justamente, impulsionar a evolução humana geral, rumo a um maior aperfeiçoamento e a uma integração mais real com a luz irradiada por Deus.
- ④ A maneira mais fácil de atingir contato com Sua aura de força e presença é, para nós, confiar em Sua luz e estarmos certos de que, a cada momento Ele está fazendo o melhor para o crescimento e a libertação de cada um. Para nós rebeldes, porém, o caminho para o burilamento é mais áspero; pelo amor pessoal, a vida é sempre mais suave e as quedas também.
- ⑤ Os seguintes procedimentos aproximam-nos da Luz que vem Dele e nos mostram a Sua casa: o senso de justiça, o caráter limpo, o sentido de ordem, a compaixão para com o próximo e a boa ação da vontade dirigida. O trabalho deve ser cada vez mais coletivo; para que o resultado seja logo alcançado, é necessária uma síntese entre harmonia e compreensão do que somos e do que fazemos aqui.

QUESTÃO 50

Julgue os itens abaixo com relação à observância dos princípios de concordância e de regência.

- ① Raças, crenças, ciências, filosofias ou religiões, tudo passa por uma transformação profunda.
- ② Basta estudar um pouco de História para se verem as mudanças acentuadas, ocorridas a cada século.
- ③ Verifica-se um processo de construção e destruição, pesquisados pelos estudiosos da vida sobre a Terra.
- ④ É necessário abrir-se ao aprendizado emergente, por que setores e indivíduos são afetados de forma diferente.
- ⑤ Aqueles que não acatar isso estagnarão no tempo e radicalizarão no pensamento velho.

PROVA DISCURSIVA

Para a prova a seguir, que vale **cinco** pontos, faça o que se pede, usando as folhas para rascunho do presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO**, no local apropriado, pois **não serão avaliadas provas com texto escrito em local indevido**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer prova com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas **efetivamente escritas** será apenada e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! No **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliadas** as provas que tenham qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

Considere os seguintes posicionamentos, relativos à História.

A História é o testemunho das idades, luz da verdade, vida da memória, mestra da existência e heraldo da antiguidade.

Cícero.

A História é uma ressurreição da vida integral, não na sua superfície mas nos seus organismos interiores e profundos.

Michélet.

Sabes o que é a História? Uma mulher sombria,
Gigante, colossal, que anda noite e dia
A cavar sobre o chão dos vastos cemitérios,
Tirando do sepulcro a ossada dos impérios,
Idguendo panteões e derrocando altares.

Guerra Junqueiro.

A história do trabalho do homem e de suas criações é muito mais interessante e considerável do que a história do homem; a vida do homem não chega a durar cem anos, ao passo que sua obra sobrevive durante séculos.

Máximo Gorki.

A história social e a memória individual são idênticas luzes que jamais podem ser apagadas.

Friedrich Richter.

Os trabalhos contínuos e extraordinários tiram a memória de quem os suporta.

Miguel de Cervantes.

Não morrerei sem a esperança de que a luz e a liberdade estão em firme progresso.

Thomas Jefferson.

Considerando que as idéias apresentadas nos textos da prova objetiva de Língua Portuguesa e nos textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do tema a seguir.

HISTÓRIA: INSTRUMENTO PARA A ANÁLISE DO PASSADO E PARA O PLANEJAMENTO DO FUTURO.

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO DAS PROVAS OBJETIVAS

O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB) divulga o gabarito oficial definitivo das provas objetivas aplicadas no dia 1.º de outubro de 2000.

ADVOGADO

	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																									CONHECIMENTOS GERAIS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	
ITENS	①	E	E	E	E	E	C	E	C	E	E	C	E	C	E	C	E	E	E	E	E	C	E	C	E	C	E	C	C	E	C	C	C	C	C	
	②	E	C	E	E	E	E	C	C	+	E	C	E	E	C	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C	E	E	E	C	C	E	E	C	C	C	
	③	E	C	C	E	C	E	E	C	C	E	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C	E	C	C	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C	
	④	E	C	C	E	C	C	E	C	E	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	E	C	C	E	E	E	C	E	E	E	C	C	C	C	C
	⑤	C	C	C	E	E	C	E	E	E	C	E	E	E	C	E	C	E	C	E	C	E	E	E	E	E	E	E	E	E	C	E	E	C	E	E

	CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA					LÍNGUA PORTUGUESA										
	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	
ITENS	①	E	E	E	C	C	E	E	E	C	E	C	E	C	C	
	②	C	E	C	C	C	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C
	③	E	C	E	E	E	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E
	④	E	E	C	E	E	E	C	E	C	C	C	C	C	E	C
	⑤	C	C	C	E	C	C	E	C	E	C	C	E	C	E	E

 gabarito alterado/atualizado

 item anulado